

COMUNICAÇÃO E CIDADANIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: EXPERIÊNCIAS FORMATIVAS E IMPACTO SOCIAL EM PARCERIA COM O INSTITUTO DOS RAROS CHRISTIANE TOLEDO

COMMUNICATION AND CITIZENSHIP IN UNIVERSITY EXTENSION:
FORMATIVE EXPERIENCES AND SOCIAL IMPACT IN PARTNERSHIP WITH
THE INSTITUTO DOS RAROS CHRISTIANE TOLEDO

COMUNICACIÓN Y CIUDADANÍA EN LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA:
EXPERIENCIAS FORMATIVAS E IMPACTO SOCIAL EN COLABORACIÓN CON
EL INSTITUTO DOS RAROS CHRISTIANE TOLEDO

Érica Sandoval Garcêz¹, Frederico Duarte Pires de Sousa², Mayra Drogomirecki Dourado de Souza³, Nayara Queiroz de Santana⁴, Thiago de Moura Silva⁵

DOI: 10.54899/dcs.v23i88.5109

Recibido: 27/02/2026 | Aceptado: 23/03/2026 | Publicación en línea: 30/03/2026.

RESUMO

A extensão universitária constitui dimensão estruturante da educação superior brasileira, ao articular, de forma indissociável, ensino, pesquisa e compromisso social, conforme preconizado pela Constituição Federal de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Resolução CNE/CES nº 7/2018. Neste contexto, o presente artigo analisa as contribuições formativas e sociais do Projeto de Extensão *Educação, Comunicação e Cidadania*, desenvolvido em parceria com o Instituto dos Raros Christiane Toledo, organização da sociedade civil voltada ao atendimento de pessoas com doenças raras, deficiências múltiplas e transtorno do espectro autista. A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo e analítico, fundamentada na análise documental, nos registros das atividades extensionistas e nos dados sistematizados ao longo da execução do projeto. As ações envolveram aproximadamente 1.500 estudantes de diferentes áreas do conhecimento, organizadas em eixos voltados à promoção da saúde, sustentabilidade, educação, comunicação e mobilização social. Os resultados evidenciam que a extensão universitária, quando concebida como prática dialógica e interdisciplinar, contribui significativamente para a formação crítica e cidadã dos discentes, ao mesmo tempo em que fortalece institucionalmente a organização parceira e amplia a visibilidade social das doenças raras. Conclui-se que o projeto analisado reafirma a extensão como instrumento de efetivação de

¹ Mestre em Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: ericagarcezxp@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3274-3445>

² Mestre em Comunicação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: fredericodsousa@gmail.com

³ Especialista em Psicopedagogia Institucional - Educação Infantil e Séries Iniciais, Centro Universitário Araguaia (UNIARAGUAIA), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: maydrogomirecki@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0009-0000-8746-5510>

⁴ Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Goiânia, Goiás, Brasil. E-mail: nayaraqueirozdesantana@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2738-8645>

⁵ Especialização em Docência no Ensino Superior, Faculdade Centro-Oeste (FACEO), Goiânia, Goiás, Brasil.

E-mail: thiagosilvamourakls@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-6779-9355>

direitos sociais, responsabilidade social universitária e transformação social.

Palavras-chave: Extensão Universitária. Interdisciplinaridade. Cidadania. Doenças Raras. Responsabilidade Social.

ABSTRACT

University extension is a structural dimension of Brazilian higher education, as it articulates teaching, research, and social commitment in an inseparable manner, in accordance with the Federal Constitution of 1988, the National Education Guidelines and Framework Law, and Resolution CNE/CES No. 7/2018. In this context, this article analyzes the educational and social contributions of the Extension Project *Education, Communication and Citizenship*, developed in partnership with the Instituto dos Raros Christiane Toledo, a civil society organization dedicated to supporting individuals with rare diseases, multiple disabilities, and autism spectrum disorder. The study adopts a qualitative, descriptive, and analytical approach, based on document analysis, records of extension activities, and data systematized throughout the project's implementation. The actions involved approximately 1,500 students from different fields of knowledge and were organized into thematic axes focused on health promotion, sustainability, education, communication, and social mobilization. The results demonstrate that university extension, when conceived as a dialogical and interdisciplinary practice, significantly contributes to the critical and civic education of students while strengthening the partner institution and increasing social awareness of rare diseases. It is concluded that the project reinforces university extension as an effective instrument for the realization of social rights, university social responsibility, and social transformation.

Keywords: University Extension. Interdisciplinarity. Citizenship. Rare Diseases. Social Responsibility.

RESUMEN

La extensión universitaria constituye una dimensión estructurante de la educación superior brasileña, que vincula inextricablemente la docencia, la investigación y el compromiso social, tal como lo promueven la Constitución Federal de 1988, la Ley de Directrices y Bases de la Educación Nacional y la Resolución N° 7/2018 del CNE/CES. En este contexto, este artículo analiza las contribuciones formativas y sociales del Proyecto de Extensión "Educación, Comunicación y Ciudadanía", desarrollado en colaboración con el Instituto dos Raros Christiane Toledo, una organización de la sociedad civil dedicada a atender a personas con enfermedades raras, discapacidades múltiples y trastornos del espectro autista. La investigación adopta un enfoque cualitativo, descriptivo y analítico, basado en el análisis documental, los registros de las actividades de extensión y los datos sistematizados durante la ejecución del proyecto. Las acciones involucraron a aproximadamente 1500 estudiantes de diferentes áreas del conocimiento, organizados en ejes enfocados en la promoción de la salud, la sostenibilidad, la educación, la comunicación y la movilización social. Los resultados muestran que la extensión universitaria, concebida como una práctica dialógica e interdisciplinaria, contribuye significativamente a la formación crítica y cívica del alumnado, al tiempo que fortalece institucionalmente a la organización social e incrementa la visibilidad social de las enfermedades raras. Se concluye que el proyecto analizado reafirma la extensión como instrumento para la realización de los derechos sociales, la responsabilidad social universitaria y la transformación social.

Palabras clave: Extensión Universitaria. Interdisciplinariedad. Ciudadanía. Enfermedades Raras. Responsabilidad Social.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

A extensão universitária consolidou-se, no ordenamento jurídico brasileiro, como dimensão constitutiva da formação acadêmica, ao articular, de modo indissociável, ensino, pesquisa e compromisso social. Tal diretriz encontra fundamento direto no art. 207 da *Constituição Federal de 1988*, que assegura às universidades autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, ao mesmo tempo em que impõe a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como princípio estruturante da educação superior. A universidade, nesse sentido, não se configura apenas como espaço de produção de conhecimento, mas como instituição pública — ainda que mantida por entes privados — dotada de responsabilidade social e vinculada à promoção dos direitos fundamentais.

Esse entendimento é reforçado pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei nº 9.394/1996), especialmente em seus arts. 43 e 52, que atribuem à educação superior a finalidade de formar cidadãos aptos à inserção profissional e à participação no desenvolvimento da sociedade, bem como de promover a difusão de conhecimentos culturais, científicos e técnicos em benefício da coletividade. A extensão universitária, nesse marco normativo, opera como instrumento privilegiado de concretização do direito à educação em sua dimensão social, permitindo que o saber acadêmico dialogue com demandas reais e contribua para o enfrentamento de desigualdades estruturais.

A Resolução CNE/CES nº 7/2018 aprofunda esse horizonte jurídico ao instituir a curricularização da extensão, determinando que, no mínimo, 10% da carga horária dos cursos de graduação seja composta por atividades extensionistas integradas ao currículo. Ao atribuir à extensão caráter obrigatório, formativo e transversal, a norma reconhece seu papel estruturante na formação acadêmica e sua função como meio de articulação entre universidade e sociedade, orientada pelos princípios da cidadania, da justiça social e do desenvolvimento sustentável.

É nesse quadro normativo que se insere o *Projeto de Extensão Educação, Comunicação e Cidadania*, desenvolvido em parceria com o *Instituto dos Raros Christiane Toledo* (IRCT),

organização da sociedade civil sem fins lucrativos dedicada ao acolhimento, diagnóstico e tratamento multidisciplinar de pessoas com doenças raras, deficiências múltiplas e transtorno do espectro autista. A atuação do Instituto dialoga diretamente com o direito fundamental à saúde, previsto no art. 196 da *Constituição Federal*, segundo o qual a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. A parceria entre universidade e organização da sociedade civil, nesse contexto, revela-se como estratégia complementar às políticas públicas, especialmente diante das limitações históricas do Sistema Único de Saúde (SUS) no atendimento especializado a populações vulnerabilizadas.

O projeto extensionista envolveu aproximadamente 1.500 estudantes dos cursos de Comunicação, Gestão, Engenharia Ambiental, Educação Física e as Licenciaturas: Ciências Biológicas, História, Letras, Pedagogia e Teologia, mobilizados para o desenvolvimento de ações educativas, comunicacionais, gestoras e culturais junto à comunidade atendida pelo IRCT. As atividades abrangeram desde oficinas pedagógicas e práticas lúdicas até o apoio à gestão institucional, produção de materiais informativos e campanhas de conscientização, contribuindo simultaneamente para o fortalecimento da instituição parceira e para a formação crítica, interdisciplinar e socialmente comprometida dos discentes.

Diante disso, o problema de investigação que orienta este estudo pode ser formulado nos seguintes termos: *de que modo a articulação entre educação, comunicação e cidadania, no âmbito da extensão universitária, contribui simultaneamente para a formação acadêmica dos estudantes e para o fortalecimento do papel social de uma instituição voltada às doenças raras, à luz do marco jurídico-constitucional brasileiro?*

Nestes termos, o objetivo geral da presente pesquisa consistirá em analisar as contribuições formativas e sociais do *Projeto de Extensão Educação, Comunicação e Cidadania*, desenvolvido em parceria com o *Instituto dos Raros Christiane Toledo*. Como objetivos específicos, busca-se: (a) descrever as ações extensionistas realizadas; (b) examinar o protagonismo discente e a interdisciplinaridade no desenvolvimento do projeto; (c) identificar os impactos sociais percebidos pela comunidade atendida e pela instituição parceira; e (d) refletir sobre o papel da extensão universitária como instrumento de efetivação da cidadania, dos direitos sociais e da responsabilidade social universitária.

Do ponto de vista metodológico, o estudo adota uma abordagem qualitativa, de caráter

descritivo e analítico, fundamentada na análise documental, nos registros das atividades extensionistas e nos dados sistematizados ao longo da execução do projeto, permitindo compreender tanto os processos quanto os resultados das ações desenvolvidas.

A relevância deste estudo manifesta-se em três dimensões complementares. No plano teórico, contribui para o aprofundamento do debate sobre a extensão universitária como prática formativa integrada e juridicamente orientada pela Constituição e pela legislação educacional. No âmbito prático, oferece subsídios para o planejamento, a execução e a avaliação de projetos extensionistas interdisciplinares, especialmente aqueles realizados em parceria com organizações da sociedade civil. Por fim, sua função social reside na valorização de iniciativas voltadas à visibilidade das doenças raras, ao fortalecimento de instituições comunitárias e à formação de profissionais sensíveis às demandas sociais contemporâneas, reafirmando o papel da universidade como agente ativo na promoção da dignidade humana e da justiça social.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza descritiva e analítica, desenvolvida a partir da experiência concreta de um projeto de extensão universitária, em consonância com o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão consagrado no art. 207 da *Constituição Federal*, segundo o qual: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Este dispositivo não apenas organiza juridicamente a universidade, mas define um horizonte epistemológico no qual a produção do conhecimento se articula, de modo necessário, com a realidade social.

Esse entendimento é reiterado pela Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece, entre as finalidades da educação superior, a de “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais” (art. 43, VI), bem como a de “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (art. 43, VII). A extensão universitária aparece, assim, como mediação normativa entre o saber acadêmico e as demandas sociais, fundamento que orienta a escolha metodológica deste estudo.

A opção pela abordagem qualitativa justifica-se pela natureza do objeto investigado, que

envolve processos formativos, práticas institucionais e impactos sociais decorrentes de uma política acadêmica de intervenção. Como assinalam Borges *et al.*, a pesquisa qualitativa “oferece um conjunto de métodos que possibilita conhecer, monitorar, analisar e avaliar os rumos das políticas sociais”, uma vez que “promovem e exigem a proximidade dos planejadores e gestores de políticas públicas com o campo em que as políticas são implantadas e implementadas” (Borges *et al.*, 2023, p. 10). Tal exigência de proximidade corresponde diretamente à lógica da extensão universitária, cuja efetividade se constrói na interação contínua entre universidade e comunidade.

Do ponto de vista do delineamento, a investigação apresenta caráter exploratório, pois busca compreender dinâmicas institucionais e efeitos formativos ainda pouco sistematizados, especialmente no que se refere à articulação entre educação, comunicação e cidadania no âmbito da extensão. Nesse sentido, a pesquisa qualitativa mostra-se particularmente adequada para a elaboração de diagnósticos, uma vez que, conforme destacam Borges *et al.*, ela permite analisar “os efeitos que determinada política e determinados programas, projetos e/ou serviços têm sobre a população que os utiliza”, produzindo informações relevantes para “o desenho, o aprimoramento e a sustentabilidade das políticas sociais” (Borges *et al.*, 2023, p. 10).

Os procedimentos metodológicos envolveram, inicialmente, a *análise documental* de materiais institucionais do *Instituto dos Raros Christiane Toledo* (IRCT) e dos documentos produzidos no âmbito do próprio projeto de extensão, tais como plano de trabalho, relatórios parciais e finais, registros acadêmicos e materiais elaborados pelos estudantes. Essa etapa permitiu reconstruir o percurso do projeto, suas diretrizes formativas e suas estratégias de intervenção, em consonância com o que estabelece a Resolução CNE/CES nº 7/2018, segundo a qual a extensão deve constituir-se como “processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade” (art. 3º).

De forma complementar, foram analisados os registros das reuniões de planejamento, as sistematizações das atividades desenvolvidas e os dados quantitativos relativos à participação discente e comunitária, coletados por meio de formulários digitais e instrumentos de controle institucional. Esses dados quantitativos foram mobilizados como suporte empírico à análise interpretativa, permitindo dimensionar o alcance das ações e sua distribuição entre cursos e áreas do conhecimento.

O desenvolvimento do projeto foi orientado por três princípios metodológicos estruturantes. O primeiro refere-se ao *protagonismo discente*, em consonância com a Resolução

CNE/CES nº 7/2018, que afirma que as atividades de extensão devem “propiciar a formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável” (art. 5º). O segundo princípio diz respeito à *integração interdisciplinar*, entendida como condição necessária para enfrentar problemas sociais complexos que não se deixam reduzir a um único campo do saber. O terceiro princípio consiste no *planejamento participativo*, envolvendo docentes, discentes e representantes da instituição parceira, em consonância com a diretriz de “*interação dialógica*” entre universidade e sociedade prevista na mesma resolução (art. 6º, I).

A expressiva participação de aproximadamente 1.500 estudantes possibilitou a constituição de equipes multifuncionais, respeitando as especificidades formativas de cada curso e, ao mesmo tempo, favorecendo ações integradas. Essa organização reforça a compreensão normativa de que a extensão universitária deve “integrar o currículo e a organização da pesquisa” (Resolução CNE/CES nº 7/2018, art. 4º), funcionando como eixo estruturante da formação acadêmica.

Os critérios de análise dos dados basearam-se na triangulação metodológica, articulando informações quantitativas — número de participantes, ações realizadas e materiais produzidos — com dados qualitativos, como relatos reflexivos dos estudantes, observações sistematizadas dos docentes orientadores e devolutivas da comunidade atendida. Essa estratégia permitiu produzir diagnósticos consistentes acerca dos efeitos formativos e sociais do projeto, em consonância com a compreensão de que a pesquisa qualitativa “produz informações relevantes e úteis para o aprimoramento da ação pública” (Borges *et al.*, 2023, p. 10).

A análise dos dados foi conduzida de forma interpretativa, buscando identificar recorrências, desafios, potencialidades e contribuições do projeto para a formação acadêmica dos estudantes e para o fortalecimento institucional do IRCT. Os resultados são discutidos à luz do referencial teórico da extensão universitária, da educação para a cidadania e da interdisciplinaridade, compreendendo a universidade como instituição socialmente responsável. Em todas as etapas, observou-se o compromisso ético com os sujeitos envolvidos, reconhecendo que a produção do conhecimento extensionista implica responsabilidade pública, coerente com os princípios constitucionais que regem a educação superior no Brasil.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Projeto de Extensão Educação, Comunicação e Cidadania materializou-se por meio de uma práxis que buscou transcender a mera prestação de serviços, configurando-se como um campo de experimentação dialógica. As atividades, desenvolvidas entre os meses de novembro e dezembro, foram estruturadas em quatro eixos estratégicos que permitiram a convergência de saberes e a aplicação prática dos conhecimentos acadêmicos em um cenário de vulnerabilidade e resiliência social.

Promoção da Saúde e Sustentabilidade: Eixos de Bem-estar e Consciência Ecológica

As ações tiveram início com o *Eixo I* (Saúde e bem-estar), voltado à promoção e proteção da saúde por meio da prática corporal do movimento. As atividades foram direcionadas para a psicomotricidade do movimento, assumindo também a função de favorecer a integração psicossocial entre as crianças atendidas pelo Instituto dos Raros Christiane Toledo (IRCT) e os colaboradores da instituição.

Para fundamentar a abordagem da psicomotricidade adotada no Instituto dos Raros, opta-se pela definição de Fonseca (2010), que a compreende como um campo transdisciplinar voltado ao estudo das relações e influências recíprocas e sistêmicas entre o psiquismo e o corpo. Segundo o autor, tais relações emergem da personalidade total e singular do ser humano, expressa em suas complexas manifestações biopsicossociais. Nessa concepção, o corpo e a motricidade deixam de ser entendidos como meros instrumentos biológicos ou objetos físicos e anatômicos, passando a ocupar um lugar central na compreensão do comportamento e do processo de desenvolvimento humano.

Dessa forma, essa fundamentação teórica encontra ressonância direta nas ações desenvolvidas no eixo Saúde e Bem-Estar do Instituto dos Raros, uma vez que a prática corporal do movimento é concebida não apenas como estratégia de promoção da saúde física, mas sobretudo como um eixo estruturante de integração psicossocial. Ao assumir o indivíduo como um “todo psicossomático ou psicocorporal único” (Fonseca, 2010), as atividades psicomotoras desenvolvidas com crianças com doenças raras e deficiências múltiplas no IRCT reforçam a centralidade da humanização do cuidado, bem como a necessidade de adaptações metodológicas contínuas que respeitem a subjetividade e a intencionalidade do movimento. A realização da

prática corporal do movimento no contexto do Instituto possibilitou aos discentes o acesso com crianças que possuem doenças raras e deficiências múltiplas, demandando adaptações metodológicas contínuas e reforçando a centralidade da humanização do cuidado. Para os colaboradores, as ações constituíram-se como uma forma de auto cuidado, ao reconhecer e acolher o esforço físico e emocional inerente ao trabalho assistencial cotidiano.

Em continuidade às ações do projeto, o Eixo 2 (Sustentabilidade) concentrou-se na implementação de hortas comunitárias e na realização de oficinas educativas direcionadas a pais, responsáveis e crianças atendidas pelo Instituto. Essa frente de atuação mostrou-se alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), ao promover a ressignificação do espaço físico do IRCT como um laboratório vivo de educação ambiental. Tal iniciativa, materializada pela horta comunitária e pelas oficinas formativas, ultrapassa o caráter pedagógico, ao integrar práticas de sustentabilidade, educação alimentar e fortalecimento comunitário, em consonância com os princípios da Agenda 2030.

Sob essa perspectiva, assegurar condições justas de desenvolvimento, implica oferecer às populações em situação de vulnerabilidade social os instrumentos necessários para o pleno exercício da cidadania, promovendo inclusão social, autonomia e participação ativa nos processos comunitários.

Nesse contexto, evidencia-se a centralidade das parcerias interinstitucionais para a efetivação das diretrizes da Agenda 2030. O alcance das metas estabelecidas pressupõe, de modo indissociável, a articulação entre o poder público, as instituições de ensino superior e a sociedade civil organizada. Nessa perspectiva, a extensão universitária desenvolvida pelo Centro Universitário Araguaia assume caráter estratégico ao promover a transposição do conhecimento científico para práticas sociais inovadoras, socialmente referenciadas e territorialmente contextualizadas. Tais ações contribuem para o fortalecimento do sentimento de pertencimento, da autonomia comunitária e da coesão social, bem como para o empoderamento e o fortalecimento das famílias vinculadas ao Instituto, orientando a construção de soluções sustentáveis e socialmente responsáveis.

A análise dessa atividade evidencia que a extensão universitária cumpriu sua função de levar o conhecimento científico para além dos muros da universidade, traduzindo conceitos complexos de sustentabilidade em práticas cotidianas capazes de fortalecer a autonomia das famílias assistidas pelo Instituto.

Interdisciplinaridade em Ação: Educação, Jornalismo e Publicidade

O Eixo 3 constituiu o núcleo da integração interdisciplinar prevista no projeto, ao articular as licenciaturas com os cursos de Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade). No campo da comunicação, a atuação discente concentrou-se na mitigação de uma lacuna histórica destacada na introdução: *a invisibilidade social das doenças raras*.

Por meio da produção de vídeos, reportagens, entrevistas e materiais promocionais, os estudantes não apenas aplicaram técnicas de redação, edição e design, mas também exerceram uma função social de *advocacy*, contribuindo para a ampliação do debate público sobre o tema. Jenkins (1987 *apud* Brelàz, 2007) define que o *advocacy* em políticas públicas visa influenciar decisões institucionais em favor de um interesse coletivo. Tal premissa sustenta a intenção do Eixo 3 de qualificar o diálogo com o Sistema Único de Saúde (SUS), posicionando o projeto como um interlocutor legítimo na defesa dos direitos dos pacientes com doenças raras. Sob essa ótica, o esforço comunicacional é compreendido como um meio estratégico para moldar a percepção coletiva sobre causas negligenciadas (Avner, 2002 *apud* Brelàz, 2007).

Ao conferir voz a grupos sub-representados, a iniciativa cumpre o papel de *advocates* da sociedade civil, conforme proposto por Habermas (1996 *apud* Brelàz, 2007), utilizando as estruturas de comunicação de massa para assegurar a visibilidade necessária na esfera pública. Dessa forma, o fortalecimento do capital simbólico da instituição não apenas qualifica o diálogo com o Estado, mas também exerce a função de "guardião de valor" essencial às organizações do terceiro setor (Salamon, 2002 *apud* Brelàz, 2007).

A articulação entre a produção de materiais de divulgação (Comunicação) e as oficinas pedagógicas (Licenciaturas) gerou um ciclo virtuoso de retroalimentação. As vivências construídas nas oficinas tornaram-se insumos para as narrativas jornalísticas e institucionais, assegurando uma comunicação ancorada na experiência concreta, eticamente responsável e fiel à rotina do Instituto.

De forma concomitante às demais ações do eixo, os estudantes das licenciaturas desenvolveram oficinas de contação de histórias, leitura e atividades artísticas, configurando-se como estratégias pedagógicas centrais para o estímulo cognitivo, expressivo e lúdico das crianças atendidas pelo Instituto. Tais práticas ancoraram-se na compreensão de que a formação do sujeito ocorre a partir de sua interação com o mundo, considerando o ambiente e as vivências como elementos constitutivos do processo educativo e da construção de uma postura crítica e reflexiva.

A leitura, nesta perspectiva é concebida como uma prática formativa e emancipadora, que ultrapassa a dimensão instrumental da decodificação linguística. Conforme assinala Freire (2001), o ato de ler configura-se como uma “operação inteligente” de interpretação da realidade, possibilitando ao sujeito superar posições passivas e assumir um papel ativo na transformação social. Essa fundamentação teórica orientou a atuação dos discentes em contextos educativos não escolares, desafiando-os a ressignificar saberes pedagógicos e a adequar metodologias às especificidades do público atendido pelo IRCT.

As experiências vivenciadas constituíram-se, ainda, em subsídios para a produção de narrativas jornalísticas e institucionais, garantindo uma comunicação pautada na experiência concreta, no compromisso ético e na fidelidade à rotina do Instituto. Desse modo, o Eixo 3 evidenciou o potencial da interdisciplinaridade como princípio articulador entre formação acadêmica, responsabilidade social e produção de sentidos públicos sobre realidades historicamente invisibilizadas.

Mobilização Social e o Fortalecimento Institucional

Por fim, o Eixo 4 estruturou-se a partir da mobilização de recursos e da promoção da solidariedade ativa, articulando ações voltadas ao atendimento de demandas imediatas e estruturais do Instituto. Tal perspectiva alinha-se ao paradigma de proteção social que busca superar a histórica cultura centrada em práticas assistencialistas, estabelecendo novos mediadores para a prática social baseados em redes de solidariedade e cooperação. A arrecadação de produtos e recursos financeiros via Pix para a implantação de uma sala de leitura própria no IRCT transcende o caráter emergencial, configurando-se como uma estratégia de fortalecimento das capacidades institucionais.

Essa iniciativa evidencia que a extensão universitária, em sintonia com a Resolução nº 7/2018, assume um compromisso ético e formativo ao tratar a assistência não como um socorro eventual ou atitude pessoal de um governante, mas como um campo de efetivação de direitos e bem público. A criação de um espaço físico permanente rompe com a lógica de ações meramente reativas, inserindo a prática extensionista em atuação proativa e garantindo a qualidade de resultados e a sustentabilidade da atenção.

A vivência da execução prática do projeto proporciona ao discente a compreensão da gerência social enquanto campo transdisciplinar que articula valores, conhecimentos e práticas

orientados à redução da distância entre recursos investidos e resultados efetivos em termos de bem-estar social. A inserção na ponta do sistema de proteção social favorece o desenvolvimento de competências essenciais à atuação profissional, notadamente a capacidade de análise estratégica e de articulação intersetorial, elementos fundamentais para o exercício de uma prática profissional pautada pela ética e pelo diálogo.

Sob a perspectiva acadêmica, a experiência de mobilização social possibilita aos estudantes o exercício da cidadania participativa e crítica, simultaneamente ao aprofundamento da compreensão das dinâmicas administrativas, financeiras e sociais inerentes à gestão de Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Conforme apontam as discussões sobre a construção do modelo brasileiro de proteção social não contributiva, a formação de gestores sociais constitui fator estratégico para a efetivação das políticas públicas na área social, exigindo não apenas o domínio de práticas inovadoras de gestão, mas também a capacidade de elaborar diagnósticos que orientem a atuação local (Sposati, 2009). Esta perspectiva reafirma o papel da extensão universitária como espaço privilegiado de integração entre formação acadêmica, responsabilidade social e transformação da realidade, consolidando a proteção social como uma construção histórica contínua que demanda profissionais qualificados, críticos e comprometidos com a garantia de direitos sociais.

Análise Reflexiva: Protagonismo Discente e a Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão

Ao articular os dados provenientes da execução dos quatro eixos com os objetivos inicialmente delineados, constata-se que a curricularização da extensão, nos termos preconizados pela Resolução nº 7/2018 do CNE, foi alcançada em sua dimensão pedagógica plena. O desenvolvimento das atividades junto ao Instituto dos Raros permitiu que um contingente expressivo de aproximadamente 1.500 estudantes deixasse a posição de receptores passivos de conteúdos teóricos para assumir o papel de agentes ativos na proposição de soluções em contextos marcados por elevada complexidade social. Tal deslocamento corresponde ao que Ivani Fazenda denomina uma mudança de atitude diante do conhecimento, característica da interdisciplinaridade, entendida como “uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de espera ante os atos consumados, atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo” (Fazenda, 1994, p. 82). A experiência extensionista, nesse sentido,

favoreceu a passagem de um aprendizado transmissivo para uma práxis formativa fundada na interação e na responsabilidade social.

A análise qualitativa dos registros de campo e dos relatórios reflexivos evidencia que o contato direto com as doenças raras e com as limitações estruturais enfrentadas pelo IRCT produziu uma humanização da formação técnica dificilmente alcançável em ambientes exclusivamente acadêmicos. Para os estudantes das licenciaturas, a adaptação de oficinas de leitura e atividades pedagógicas a crianças com deficiências múltiplas exigiu uma postura reflexiva contínua, marcada por aquilo que Fazenda descreve como “atitude de humildade diante da limitação do próprio saber, atitude de perplexidade ante a possibilidade de desvendar novos saberes” (Fazenda, 1994, p. 82). A docência, vivenciada em contextos não escolares, revelou-se, assim, como prática em permanente construção, atravessada pelo diálogo, pela escuta e pela abertura ao inesperado.

De modo análogo, destacamos os estudantes do curso de Educação Física que, vivenciaram a extensão como espaço de cuidado e saúde na sua forma mais ampliada, ao adaptar práticas corporais do movimento as crianças com limitações motoras e sociais. Essa experiência demandou uma reconfiguração dos saberes técnicos previamente adquiridos. Dessa maneira, foi possível vivenciar a ludicidade através da prática corporal do movimento, com público diverso, promovendo aos estudantes a necessidade de articular conhecimento técnico, científico, sensibilidade clínica e empatia, despertando a compreensão

do cuidado como prática socialmente situada, através das práticas corporais/ atividade física (Santana *et al.*, 2022; Quadros *et al.*, 2020).

A articulação interdisciplinar promovida ao longo do projeto contribuiu para a superação de lógicas fragmentadas de formação, favorecendo uma efetiva circulação de saberes entre áreas distintas. Essa dinâmica corresponde à concepção de interdisciplinaridade como prática relacional, definida por Fazenda como uma “atitude de reciprocidade que impele à troca, que impele ao diálogo – ao diálogo com pares idênticos, com pares anônimos ou consigo mesmo” (Fazenda, 1994, p. 82). Enquanto os estudantes de Comunicação Social desenvolviam uma sensibilidade ética no tratamento da imagem e da narrativa de sujeitos em situação de vulnerabilidade, os discentes das áreas de Negócios e Gestão mobilizavam instrumentos de planejamento e controle financeiro, produzindo soluções conjuntas para a sustentabilidade das ações.

A gestão das doações via Pix e a logística de distribuição de materiais de higiene e limpeza

configuraram-se, nesse contexto, como práticas que extrapolaram o campo administrativo estrito. Tais ações expressaram uma postura que Fazenda descreve como “atitude de envolvimento e comprometimento com os projetos e com as pessoas neles envolvidas, atitude, pois, de compromisso em construir sempre da melhor forma possível” (Fazenda, 1994, p. 82). A interdisciplinaridade manifestou-se, assim, como responsabilidade compartilhada e engajamento ético diante das demandas concretas da instituição parceira.

A inserção dos cursos de Engenharia Ambiental, Gestão do Agronegócio e Ciências Biológicas agregou ao projeto uma dimensão técnica inovadora, especialmente por meio da implantação das hortas comunitárias. Essa experiência consolidou uma simbiose pedagógica, na qual diferentes áreas contribuíram de forma integrada para a compreensão da sustentabilidade em pequenos espaços urbanos. Tal articulação reflete o que Fazenda denomina “atitude de responsabilidade”, inseparável de uma prática formativa comprometida com a transformação social (Fazenda, 1994, p. 82).

A participação prática de cerca de 1.500 discentes reafirmam, desse modo, a função social da universidade brasileira. O legado do projeto não se limita aos bens materiais arrecadados ou às estruturas implantadas, mas se expressa na transformação da visão de mundo desses futuros profissionais. Como sintetiza Fazenda, a interdisciplinaridade, quando vivida como experiência formativa, culmina em uma prática marcada por “alegria, de revelação, de encontro, enfim, de vida” (Fazenda, 1994, p. 82), na qual a teoria se converte em compromisso ético e a prática, asseguram como possibilidade real de transformação social.

Bases Teóricas e Pedagógicas das Ações Extensionistas

A compreensão da extensão universitária no Brasil contemporâneo exige o reconhecimento de sua natureza polissêmica, que evoluiu de uma concepção assistencialista para um modelo de interação dialógica entre a academia e a sociedade. Esta seção fundamenta as bases normativas e pedagógicas que sustentam o projeto desenvolvido junto ao Instituto dos Raros Christiane Toledo (IRCT), evidenciando que a prática extensionista é, em última análise, um direito constitucional e uma estratégia formativa essencial.

A Indissociabilidade como Preceito Constitucional e o Papel Social da IES

O fundamento jurídico da extensão universitária no Brasil encontra-se estabelecido no artigo 207 da Constituição Federal de 1988, ao consagrar o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tal dispositivo ultrapassa a função meramente organizacional das Instituições de Ensino Superior, pois afirma uma concepção substantiva de universidade, segundo a qual a produção científica e a formação acadêmica perdem densidade quando dissociadas da intervenção crítica na realidade social.

Essa diretriz constitucional dialoga diretamente com a concepção de educação formulada por Paulo Freire, para quem o processo educativo não se realiza por transmissão vertical de conteúdos, mas por meio de uma relação dialógica, mediada pela experiência concreta do mundo. Como afirma o autor: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Freire, 1967, p. 79). A extensão universitária, nessa perspectiva, não pode ser compreendida como simples aplicação técnica do saber acadêmico, mas como prática formativa fundada na reciprocidade e na experiência social compartilhada.

Essa compreensão foi decisiva para orientar a atuação do projeto desenvolvido junto ao Instituto dos Raros. A iniciativa não se limitou à execução instrumental de técnicas oriundas das áreas de comunicação, negócios ou educação, mas promoveu um processo de interlocução contínua, no qual o conhecimento sistematizado da universidade foi permanentemente tensionado pela experiência concreta das famílias e dos profissionais do IRCT.

Tal postura afasta-se de uma concepção bancária de educação, criticada por Freire ao afirmar que “a educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo ‘encha’ de conteúdos” (Freire, 1967, p. 38). Essa crítica se torna ainda mais explícita quando o autor problematiza o próprio conceito tradicional de extensão universitária. Em *Extensão ou Comunicação?* Freire observa que “o termo extensão se encontra em íntima relação com a ideia de transmissão, de entrega, de doação, de algo que se estende de alguém que sabe para alguém que não sabe” (Freire, 1977, p. 22). Contra essa lógica assistencialista, o projeto desenvolvido no Instituto dos Raros assumiu a extensão como prática comunicativa, na qual o conhecimento não é imposto, mas construído coletivamente.

Afinal, como o próprio Paulo Freire adverte, “conhecer não é o ato através do qual um sujeito transformado em objeto recebe dócil e passivamente os conteúdos que outro lhe dá ou

impõe” (Freire, 1977, p. 27). Essa concepção dialógica encontra também respaldo normativo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que, em seu artigo 43, inciso VII, estabelece como finalidade da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”. A extensão, assim, deixa de ser atividade periférica para assumir o estatuto de dever institucional, articulando produção do conhecimento, participação social e responsabilidade pública.

Nesse sentido, a atuação dos estudantes das áreas de comunicação, negócios, educação física, engenharia ambiental e licenciaturas no Instituto dos Raros constituiu o exercício concreto da função social da universidade. As oficinas de leitura e arte, bem como as campanhas de arrecadação, converteram o domínio técnico em prática solidária e cidadã, reafirmando o caráter ético e político da ação educativa. Como destaca Freire de forma inequívoca, “toda prática educativa implica uma opção política” (Freire, 1977, p. 46), especialmente quando se orienta pela promoção da justiça social e da dignidade humana.

Essa leitura converge também com a reflexão de Darcy Ribeiro, para quem a universidade não pode permanecer dissociada dos problemas históricos da sociedade que a sustenta. Segundo o autor, “a universidade não pode continuar sendo um instrumento de reprodução das elites, desligada dos problemas reais da sociedade que a mantém” (Ribeiro, 1969, p. 79). Mais do que isso, adverte que “ou a universidade se compromete com a transformação da sociedade ou se condena à irrelevância histórica” (Ribeiro, 1969, p. 80), sobretudo quando se limita a formar especialistas sem compromisso social, pois “formar quadros técnicos sem consciência social é produzir especialistas para manter intactas as estruturas da desigualdade” (Ribeiro, 1969, p. 83). Dessa forma, o projeto desenvolvido no Instituto dos Raros não apenas atendeu às exigências legais da extensão universitária, mas reafirmou, em chave freiriana e darcyniana, a universidade como espaço de produção compartilhada de saber, formação crítica e compromisso efetivo com a realidade social. Trata-se, em última instância, da concretização do sentido constitucional da educação superior enquanto bem público, orientado pela transformação social e pela ampliação concreta da cidadania.

A Curricularização da Extensão e o Plano Nacional de Educação (PNE)

A incorporação da extensão universitária como dimensão estrutural do currículo

consolida-se de forma decisiva com a Resolução CNE/CES nº 7/2018, responsável por regulamentar a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014). Ao fixar a obrigatoriedade de que ao menos 10% da carga horária dos cursos de graduação seja destinada a atividades extensionistas, o PNE promove uma reconfiguração profunda da pedagogia universitária, deslocando a extensão da condição de prática periférica para o centro do processo formativo.

Esse marco normativo não se limita à introdução de um parâmetro quantitativo, mas opera uma redefinição qualitativa do lugar da extensão no ensino superior. A Resolução nº 7/2018 elenca como princípios orientadores a interação dialógica, a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como a incidência dessas ações na formação discente e na transformação social. Esses eixos conceituais reposicionam a extensão como ação pedagógica integrada, ancorada em demandas concretas e em realidades socialmente situadas.

No projeto desenvolvido junto ao IRCT, essas diretrizes foram assumidas como fundamentos organizadores das iniciativas empreendidas, com destaque para a centralidade da interdisciplinaridade. A cooperação entre estudantes de diferentes áreas — envolvendo elaboração de materiais, oficinas educativas, campanhas solidárias, práticas corporais e ações ambientais — evidenciou que questões sociais complexas não podem ser apreendidas nem solucionadas por abordagens fragmentadas. Nesse sentido, como assinala Silva:

Compreendemos então que um aspecto da interdisciplinaridade é a inter-relação entre as disciplinas, que trabalham de maneira conjunta, e não existe supervalorização de nenhuma. A relação existente entre elas é a de auxiliar no desenvolvimento de ambas, com um único propósito: o avanço dos alunos. O trabalho interdisciplinar serve como estímulo ao diálogo entre os sujeitos envolvidos, favorecendo a reflexão coletiva sobre os conteúdos e os problemas abordados (Silva, 2019, p. 03).

Essa formulação permite compreender a interdisciplinaridade não como mera justaposição de conteúdos, mas como prática educativa que exige abertura intelectual, cooperação e corresponsabilidade. Essa disposição incide diretamente sobre as formas de produção e circulação do conhecimento no espaço universitário. Conforme destaca Fazenda, a interdisciplinaridade exige uma atitude específica diante do saber e da alteridade:

Entendemos por atitude interdisciplinar uma atitude diante de alternativas para conhecer mais e melhor; atitude de reciprocidade que impele à troca e ao diálogo; atitude de humildade diante da limitação do próprio saber e de perplexidade diante da possibilidade

de novos conhecimentos; atitude de envolvimento, comprometimento e responsabilidade com os projetos e com as pessoas neles envolvidas (Fazenda, 1994, p. 82).

Tal postura mostrou-se presente no desenvolvimento das atividades no IRCT, especialmente na disposição dos estudantes em reconhecer os limites de suas formações específicas e em elaborar respostas conjuntas às demandas apresentadas pela comunidade atendida. O saber deixou de ser compreendido como propriedade individual ou estritamente disciplinar, passando a ser construído de modo cooperativo, em diálogo constante com a realidade empírica.

Essa dinâmica aproxima-se do que Fazenda identifica como característico dos ambientes interdisciplinares de aprendizagem, nos quais a relação pedagógica tradicional sofre uma reconfiguração significativa uma vez em que em um ambiente guiado pela prática interdisciplinar a autoridade se conquista e “A obrigação é substituída pela satisfação; a arrogância, pela humildade; a solidão, pela cooperação; a reprodução do conhecimento, pela sua produção. Gradativamente, todos se percebem como parceiros no processo educativo” (Fazenda, 1994, p. 87). É nesse horizonte que a curricularização da extensão adquire pleno significado. Ao integrar essas práticas ao currículo obrigatório, a extensão afasta-se definitivamente da lógica do voluntariado episódico ou do assistencialismo, afirmando-se como dimensão constitutiva de uma formação profissional orientada por critérios éticos.

Assim, ao conceber ações como hortas comunitárias e atividades de ginástica laboral, os discentes não apenas atenderam a exigências formais, mas mobilizaram competências técnicas, sociais e humanas previstas em seus Projetos Pedagógicos de Curso (PPC). Essa compreensão encontra respaldo também nos documentos orientadores da política educacional brasileira, que atribuem à interdisciplinaridade uma função instrumental voltada ao enfrentamento dos desafios contemporâneos. Conforme assinala o próprio Ministério da Educação: “Na perspectiva escolar, a interdisciplinaridade não tem a pretensão de criar novas disciplinas ou novos saberes. Trata-se de utilizar os conhecimentos de várias disciplinas para resolver um problema concreto ou compreender um fenômeno sob diferentes pontos de vista” (Brasil, 2002, p. 34–36).

Dessa maneira, a curricularização da extensão, conforme prevista pelo PNE e regulamentada pela Resolução CNE/CES nº 7/2018, reafirma a extensão como eixo estruturante da formação superior. O projeto desenvolvido no IRCT ilustra essa diretriz ao demonstrar que a articulação entre diferentes campos do saber, quando orientada por demandas sociais concretas, converte a extensão em espaço privilegiado de aprendizagem, responsabilidade pública e

compromisso efetivo com a transformação social.

Proteção Integral e Dignidade: o Diálogo com o ECA

Considerando que o Instituto dos Raros Christiane Toledo (IRCT) provê atendimento a crianças e adolescentes com deficiências múltiplas e Transtorno do Espectro Autista (TEA), as ações extensionistas desenvolvidas por cerca de 1.500 acadêmicos foram rigorosamente balizadas pelos preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei nº 8.069/1990). Fundamentado na Doutrina da Proteção Integral, o ECA estabelece, em seu Artigo 3º, que o público infantojuvenil detém os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo dever do Estado e da sociedade assegurar as facilidades necessárias ao seu desenvolvimento físico, mental, moral e social, sob condições de liberdade e dignidade. A legislação ainda reforça que, tais direitos aplicam-se sem qualquer distinção por motivo de deficiência ou condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem.

Nesse cenário, as oficinas de contação de histórias, leitura e artes configuram-se como espaços privilegiados de práxis educativa libertadora, superando a concepção de entretenimento para se tornarem instrumentos de humanização. Sob essa ótica, o licenciando compreende que a narrativa não constitui um objeto a ser dado, mas um tema gerador de debates que emana das experiências vividas pelos participantes e de suas realidades culturais. O futuro docente assume, portanto, o papel de mediador de um processo em que cada sujeito constrói sentidos próprios e questiona versões estabelecidas, exercitando a sensibilidade pedagógica necessária para lidar com crianças em condição peculiar de desenvolvimento.

A formação de professores demanda uma revisão crítica de modelos historicamente tecnicistas e desvinculados das realidades sociais. Nesse sentido, ao inserir o acadêmico no contexto intersetorial do IRCT, o projeto de extensão promove a convergência com as diretrizes da política de atendimento estabelecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Conforme preceitua o Artigo 88, inciso IX, é diretriz fundamental a "formação profissional com abrangência dos diversos direitos da criança e do adolescente que favoreça a intersetorialidade no atendimento da criança e do adolescente e seu desenvolvimento integral".

Essa imersão prática assegura que o futuro professor compreenda o público assistido não apenas sob a ótica pedagógica, mas como sujeitos de direitos. Ao operacionalizar a intersetorialidade prevista na legislação, a extensão universitária prepara profissionais

capacitados para atuar na garantia da proteção integral, unindo o saber acadêmico à responsabilidade social de zelar pela dignidade e pelo bem-estar de crianças e adolescentes. Em convergência, as atividades propostas, acadêmicos de educação física garantiram o direito à saúde e ao desenvolvimento físico adequado, respeitando as especificidades clínicas de cada menor. Ao proporcionar momentos de ludicidade adaptada e estímulo motor, o projeto universitário colaborou para o desenvolvimento da dignidade dessas crianças, frequentemente marginalizadas por sistemas educacionais e esportivos formais que não contemplam a neurodivergência ou a deficiência múltipla.

A dimensão do cuidado e do direito a um ambiente saudável e digno foi reforçada pela engenharia ambiental e pela gestão do agronegócio. A implementação da horta comunitária e a revitalização dos espaços do Instituto dialogam com o direito da criança de crescer em um ambiente que favoreça sua saúde e bem-estar. Para o ECA, a proteção é integral; portanto, garantir que o espaço físico seja seguro, sustentável e acolhedor é uma forma de zelar pela integridade física e psíquica dos assistidos, promovendo uma consciência ecológica desde a infância como parte do desenvolvimento cidadão.

Sob uma perspectiva ético-social, a mobilização atende ao dever de prevenção estabelecido no Artigo 70, que convoca toda a sociedade a impedir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos infantojuvenis. Ressalta-se que, a atuação proativa da Academia não se limita à assistência direta, mas atua como um mecanismo de fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, ao preparar futuros profissionais capacitados para reconhecer e enfrentar vulnerabilidades sociais e clínicas.

Destarte, a extensão universitária consolida-se como uma estratégia de proteção integral e prioritária, transformando a técnica acadêmica em um instrumento a serviço do melhor interesse da criança.

No campo da gestão, os cursos de negócios (administração e ciências contábeis) e gestão atuaram na viabilização de recursos que sustentam a infraestrutura de atendimento do IRCT. A arrecadação ética de materiais e fundos para a sala de leitura reflete o compromisso com o Artigo 4º do ECA, que estabelece o dever da comunidade e do poder público de assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida e à educação. A transparência e a eficiência administrativa empregadas pelos alunos garantiram que os recursos chegassem ao seu destino final: a melhoria direta do atendimento aos menores.

Ademais, a convergência dessas diversas áreas acadêmicas no IRCT materializa o que o

estatuto preconiza no Artigo 11, ao assegurar o acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, especialmente para aquelas com deficiência, que devem ser atendidas sem discriminação ou segregação.

Por fim, a atuação do eixo de comunicação ao realizar entrevistas e reportagens respeitou estritamente os princípios éticos de proteção à imagem e à identidade do menor, conforme preconiza o Artigo 17 do ECA, que garante o direito ao respeito e à inviolabilidade da integridade moral da criança. A extensão universitária, neste contexto interdisciplinar, serviu como um braço de apoio institucional para que o IRCT continuasse a ser um ambiente de garantia de direitos, onde a técnica acadêmica se curvou ao princípio maior do melhor interesse da criança.

A Perspectiva do FORPROEX e a Interação Dialógica

Para consolidar o embasamento pedagógico, é imperativo evocar os documentos do Fórum de Pró-Reitores de extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX). O fórum define a extensão como um "processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade".

O conceito de "Interação Dialógica" do FORPROEX é o que sustenta a escolha metodológica do planejamento participativo adotada no projeto. Segundo essa perspectiva, o acadêmico não detém a verdade absoluta a ser "depositada" na comunidade; pelo contrário, ele estabelece um diálogo onde a academia aprende com a realidade social. As ações de arrecadação (Eixo 4), por exemplo, não foram assistencialismo puro, mas uma resposta coordenada a uma demanda identificada via diálogo com a gestão do IRCT, visando à sustentabilidade institucional e à criação de uma sala de leitura — um legado permanente que transcende a temporalidade do semestre letivo.

Em suma, as ações extensionistas no Instituto dos Raros foram fundamentadas em um arcabouço que une a obrigatoriedade legal à responsabilidade ética. Da Constituição de 1988 à Resolução nº 7/2018, o que se observa é o fortalecimento de um modelo pedagógico onde o estudante se forma "na" e "pela" sociedade. A integração entre educação física, sustentabilidade, comunicação, licenciaturas e negócios comprovou que a extensão é o campo fértil onde a legislação brasileira ganha vida, transformando normas em ações de cidadania e transformando estudantes em profissionais sensíveis à diversidade humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do Projeto de Extensão *Educação, Comunicação e Cidadania*, desenvolvido em parceria com o Instituto dos Raros Christiane Toledo, permite afirmar que a extensão universitária, quando concebida como prática dialógica, interdisciplinar e curricularmente integrada, constitui-se como eixo estruturante da formação acadêmica e como instrumento efetivo de promoção da cidadania e dos direitos sociais. Os resultados evidenciam que a articulação entre universidade e organização da sociedade civil ultrapassa a lógica assistencialista, configurando-se como espaço de produção compartilhada de saberes, de humanização da formação profissional e de fortalecimento institucional da entidade parceira.

No plano formativo, a participação de aproximadamente 1.500 estudantes de diferentes áreas do conhecimento demonstrou o potencial pedagógico da curricularização da extensão, conforme previsto na Resolução CNE/CES nº 7/2018 e na Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação. As experiências vivenciadas nos diferentes eixos do projeto favoreceram o protagonismo discente, a integração interdisciplinar e o exercício da responsabilidade social universitária, permitindo que os estudantes mobilizassem conhecimentos técnicos em contextos reais, marcados por complexidade social, diversidade humana e desafios estruturais. Tal vivência contribuiu para a superação de uma formação fragmentada, aproximando-se de uma concepção crítica de educação, nos termos propostos por Paulo Freire, na qual o conhecimento se constrói na relação com o mundo e com o outro.

Do ponto de vista social e institucional, as ações desenvolvidas fortaleceram o Instituto dos Raros Christiane Toledo tanto em sua dimensão simbólica quanto material. A produção de conteúdos comunicacionais ampliou a visibilidade das doenças raras e qualificou o diálogo do Instituto com a sociedade e com o poder público, enquanto as ações de sustentabilidade, promoção da saúde, mobilização solidária e implantação da sala de leitura deixaram legados concretos e duradouros. A observância rigorosa dos princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente assegurou que todas as intervenções estivessem orientadas pela dignidade, pela proteção integral e pelo melhor interesse das crianças e adolescentes atendidos, reafirmando o compromisso ético da universidade com os direitos fundamentais.

À luz do marco jurídico-constitucional brasileiro, dos referenciais do FORPROEX e das contribuições teóricas de autores como Freire, Fazenda e Darcy Ribeiro, conclui-se que a extensão universitária não pode ser compreendida como atividade acessória ou complementar,

mas como dimensão constitutiva da educação superior enquanto bem público. O projeto analisado evidencia que a universidade, ao se abrir ao diálogo com a sociedade, fortalece simultaneamente sua função social, sua relevância acadêmica e sua capacidade formativa. Nesse sentido, a experiência relatada reafirma a extensão como espaço privilegiado de concretização da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a formação de profissionais tecnicamente qualificados, eticamente comprometidos e socialmente sensíveis às demandas contemporâneas.

Por fim, destaca-se que iniciativas como esta oferecem subsídios relevantes para o aprimoramento das políticas institucionais de extensão, indicando caminhos possíveis para a consolidação de práticas interdisciplinares, sustentáveis e juridicamente orientadas. Ao transformar normas em ações concretas de cidadania, o projeto reafirma o papel da universidade como agente ativo na promoção da justiça social, da dignidade humana e da transformação da realidade social brasileira.

REFERÊNCIAS

BORGES, Jaqueline Florindo *et al.* **Manual do pesquisador: métodos e técnicas de pesquisa qualitativa**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS; UNESCO, 2009. 424 p.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018**. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2026]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 30 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio.** Brasília: Ministério da Educação, 2002a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **PCN + Ensino Médio: orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Ciências humanas e suas tecnologias.** Brasília: Ministério da Educação, 2002b.

BRELÀZ, Gabriela de. Advocacy das Organizações da Sociedade Civil: principais descobertas de um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO*, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...].** Rio de Janeiro: ANPAD, 2007. 1 CD-ROM.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa.** 4. ed. Campinas: Papyrus, 1994.

FONSECA, Vitor da. **Psicomotricidade: uma visão pessoal.** *Construção Psicopedagógica*, São Paulo, v. 18, n. 17, dez. 2010

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional de Extensão Universitária.** Manaus: FORPROEX, 2012. Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2026.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

INSTITUTO DOS RAROS CHRISTIANE TOLEDO. **Institucional.** Goiânia: IRCT, 2026.

QUADROS, E. N.; *et al.*, Tapete das sensações um trabalho possível na educação infantil: relato de experiência. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v. 6, n. 4, p.17445-17449, apr. 2020, acesso 17/09/2025
<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/8441/9711>

RIBEIRO, Darcy. **A universidade necessária.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

SANTANA, N. Q. *et al.* Corpo e saúde: concepções de um grupo de idosos de Práticas Corporais de uma Unidade Básica de Saúde em Goiânia. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 2, e201055pt, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/HRxDKSCCLnCLtC9M9YDzdKQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 set. 2025.

SILVA, Camila Rosa da. Interdisciplinaridade: conceito, origem e prática. **Revista Artigos.Com**, v. 3, p. 1-6, 2019.

SPOSATI, Aldaíza. Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: concepções fundantes. *In*: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil**. Brasília: MDS: UNESCO, 2009. p. 13-56.